

DINÂMICA ECONÔMICA, TENSÕES E CONFLITOS URBANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Lúcia Cony Faria Cidade & Marília Luiza Peluso

Programa de Pós-Graduação em Geografia/GEA/UnB
3107-7262 e 3272-1909
cony@unb.br; peluso@unb.br

Recebido 17 de março de 2011, aceito em 26 de maio.

RESUMO - Entre os processos recorrentes da produção do espaço urbano estão tensões e disputas que envolvem interesses distintos e frequentemente antagônicos, resultando em resistências e conflitos. Entretanto, se os conflitos têm sido uma constante, a maneira como os grupos sociais os percebem e encaminham suas reivindicações tem se alterado. Uma primeira fase poderia ser associada à acumulação intensiva e sua expressão política, o Estado intervencionista e a organização sindical. Análises desse período esperavam que reações de grupos urbanos fossem capazes de não apenas originar mudanças na organização espacial, mas também provocar transformações na lógica social dominante. Uma segunda fase poderia ser identificada com a acumulação flexível e sua manifestação na esfera política, o Estado neoliberal e a contenção da influência sindical. Diante dessas mudanças, estudos passaram a reconhecer que as reações de grupos urbanos continham um potencial limitado, representando aglutinações de alcance relativamente estreito. Nas últimas décadas, as manifestações conflituosas parecem caracterizar-se menos como movimentos sociais organizados; e mais como formas de ação coletiva, limitadas a interesses de grupos específicos.

PALAVRAS-CHAVE - Produção do espaço urbano, conflitos, movimentos sociais urbanos, ação coletiva.

ABSTRACT - Amid recurring processes relating to the production of urban space are tensions and disputes involving distinct and frequently antagonistic interests, which

end up as resistances and conflicts. However, while conflicts have been continuous, the forms social groups perceive them and forward their demands have been changing. An initial phase could be associated to intensive accumulation and its political expression, the welfare State and labor unions. Analyses in this period expected that reactions of urban groups were able not only to start changes in urban spatial organization but also to trigger transformations in the dominant social logic. A second phase is flexible accumulation and its manifestation in the political sphere, the neoliberal State and the contention of union influence. Faced with these changes, studies started to acknowledge that reactions of urban groups presented a limited potential, representing agglutinations with a relatively narrow outreach. In the last decades, manifestations of conflicts seem to feature less as organized social movements; and more as forms of collective action, restricted to specific interest groups.

KEY WORDS - Production of urban space, conflicts, urban social movements, collective action.

INTRODUÇÃO

A história das sociedades, ao manifestar impulsos civilizatórios capazes de alimentar o conhecimento, a cooperação social, os valores éticos, o humanismo e as artes, revela também um permanente, movimentado e agudo jogo de interesses. A urbanização, em especial, mostra-se fonte de transformações, de potencial aquisição de qualidade de vida e, em particular, de valorização de capital. No entanto, o espaço das cidades tem sido recorrentemente produzido em torno de diferenças, tensões e disputas. As reações têm variado em sintonia com mudanças no modelo de acumulação e suas tendências culturais e ideológicas. A expressão de conflitos pode abranger desde os movimentos sociais organizados, voltados para interesses relativamente amplos, até a chamada ação

coletiva, orientada para demandas particulares. Assim, o texto tem como objetivo apresentar mudanças na forma de manifestação de tensões, disputas e conflitos nas cidades, incluindo perspectivas de seu alcance em direção a avanços sociais.

A discussão a seguir inclui uma breve revisão de estudos que analisaram a atuação de grupos sociais urbanos, tanto no quadro internacional quanto no âmbito nacional. Mostra, inicialmente, expectativas quanto a uma possibilidade transformadora dessas ações e, em seguida, o abandono progressivo da crença em seu poder de questionar a lógica dominante.

TENSÕES E CONFLITOS URBANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: PRIMEIRO TEMPO

Os antecedentes próximos dos movimentos sociais urbanos situam-se nos anos 1970, durante a crise, nos países centrais, da acumulação intensiva que marcou o fordismo. Em seu percurso, o modelo, baseado na industrialização de massa, propiciou a elevação do nível de consumo da classe trabalhadora e, ainda, o fortalecimento da organização sindical e das negociações coletivas. O necessário apoio para a regulação do ambicioso sistema manifestou-se sob a forma de um Estado intervencionista. Entre as referências culturais e ideológicas da modernidade, que deram substrato ao modelo, estavam os valores racionalistas e a crença no progresso. Os movimentos de expansão para países periféricos que se seguiram, direcionados a ramos produtivos específicos, contribuíram para o aumento das desigualdades existentes (CIDADE *et al.*, 2008, p. 24).

Hirsch, partindo do pressuposto de que a sociedade capitalista de mercado caracteriza-se pela competição generalizada e também pelos antagonismos entre

classes e grupos sociais, argumenta que a comunidade política não se estabelece de maneira direta, consciente ou mediante acordos imediatos. Para o autor, ocorre o oposto, sendo a sua principal característica os conflitos, disputas e lutas (HIRSCH, 2005, p. 166). Nessa perspectiva, tensões e pressões em torno de temas urbanos estariam inscritos na própria dinâmica da sociedade de mercado, tendo em vista a disputa por uma distribuição mais equânime dos equipamentos e serviços oferecidos pela cidade.

Na França, os movimentos sociais urbanos têm sido objeto de estudo há várias décadas, inclusive no âmbito do planejamento. Manuel Castells e Francis Godard apontaram, ao analisar o crescimento da cidade de Dunkerque, no início da década de 1970, que o planejamento é um discurso sobre a cidade, seguindo uma lógica que corresponde aos diferentes interesses sociais. No texto, os autores observaram que, enquanto processo político urbano, o planejamento seria um âmbito de negociação e expressão de conflitos relativos à organização urbana e, por seu intermédio, à organização econômica e social. Considerando o planejamento como parte da regulação social, os autores esclareceram que, no processo político, as classes dominantes detinham a iniciativa. Observaram, no entanto, que havia uma dialética contraditória estabelecida com as classes dominadas e sua expressão autônoma por meio dos movimentos sociais urbanos (CASTELLS & GODARD, 1973, p. 410-412).

Castells e Godard avaliaram, ainda, que no caso observado de Dunkerque, as contradições do sistema urbano estavam na base dos chamados problemas das cidades. Os autores fizeram distinção entre duas formas de atuação: a- a ação coletiva, que expressaria interesses particulares ou de grupos; e b- os

movimentos sociais, que representariam fontes de mudanças na estrutura urbana e de questionamento da lógica social dominante (Castells & Godard, 1973, p. 413).

A partir da pesquisa e do conteúdo social observado, os autores conceberam os movimentos sociais urbanos como “sistemas de práticas sociais contraditórias que questionam a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana”¹ (CASTELLS & GODARD, 1973, p. 413). O estudo de Castells e Godard sobre Dunkerque propôs um quadro de análise que buscava identificar as diferentes ações de demandas, distinguindo: a) a base social; b) a força social; c) a organização; d) o adversário; as reivindicações; e) as formas de ação; f) os efeitos urbanos; e g) os efeitos políticos. Os temas escolhidos consistiram na habitação, nos equipamentos coletivos e nos transportes (CASTELLS & GODARD, 1973, p. 413-414).

Um dos enfoques ao analisar os movimentos sociais urbanos foram suas potencialidades como agentes de mudanças sociais. A análise de Castells e Godard revelou que, a despeito da importância das contradições sociais envolvidas nos problemas urbanos, houve uma enorme defasagem nas ações. Ao mesmo tempo em que se revelava a intensidade da luta de classes dentro das empresas, houve a inexistência ou uma amplitude muito fraca de movimentos sociais em torno de problemas urbanos (CASTELLS & GODARD, 1973, p. 426).

Os autores observaram, ainda, que os movimentos sociais urbanos eram estruturalmente secundários na sociedade francesa; e que emergiram a partir de uma base social policlassista. Nesse sentido, não poderiam levar a um

¹ Tradução das autoras.

questionamento direto da ordem social. Sua capacidade de mudança estrutural seria, assim, dependente de sua capacidade de articulação com outras contradições sociais (CASTELLS & GODARD, 1973, p. 453).

Na América Latina e, em particular no Brasil, os movimentos sociais representaram atos de resistência diante dos governos da ditadura militar. Vários estudos marcam essa fase, que se estendeu entre 1964 e 1984. Algumas análises refletiam uma crença de que os movimentos sociais urbanos do período militar poderiam significar núcleos de transformações sociais. Por outro lado, alguns estudos apontaram as limitações da proposta, que pareceu se restringir a demandas para o atendimento de necessidades específicas.

Lúcio Kowarick apresenta uma revisão detalhada da literatura relativa a movimentos urbanos nas décadas de 1970 e 1980. Ele aborda temas como o caráter das lutas desenvolvidas pelos movimentos; suas articulações com partidos políticos; seus antagonismos com relação ao Estado; seu significado cultural; seu papel na transição democrática; seu alcance em questões de cidadania; além do potencial de radicalismo das lutas urbanas com relação ao modelo dominante. Apontando os avanços e controvérsias em torno da temática, Kowarick destaca as dificuldades de articulação entre os movimentos sociais e os partidos políticos; o seu restrito alcance; e as limitações em suas reivindicações, muitas apenas no âmbito econômico. Apesar da debilidade e fragmentação dos movimentos sociais, o autor também aponta seu potencial emancipatório (KOWARICK, 1987).

Marcelo Lopes de Souza (2006) assinala que nas décadas de 1970 e 1980 ocorreu o auge dos movimentos sociais urbanos no Brasil, proporcionados

inclusive pela relativa abertura política dos anos 1980. Assim, Safira Bezerra Ammann, escrevendo em 1987, acredita na capacidade de transformação das estruturas da sociedade capitalista dependente pelos movimentos sociais urbanos. A autora resgata três críticas básicas advindas de argumentos de correntes do marxismo, que se contrapõem a expectativas de uma ação transformadora dos movimentos sociais. O primeiro argumento dessas correntes sustenta que a transformação da sociedade somente pode partir do proletariado enquanto classe e ocorrer no nível da produção. O segundo enfatiza que, como os movimentos sociais ocorrem no âmbito do consumo urbano e não da produção de mercadorias, as reivindicações incidem sobre as consequências da exploração capitalista e não sobre as causas. O terceiro argumento afirma que, em consequência da primeira e da segunda, os movimentos sociais são destituídos de força transformadora, limitando-se a melhoramentos pontuais no âmbito da distribuição (AMMANN, 1987, p. 107-108).

Ammann (1987, p. 108) contra-argumenta em três sentidos: primeiramente, utilizando a ideia de Habermas, para quem, se no capitalismo liberal, a relação capital-trabalho é o princípio básico da organização das relações sociais, no capitalismo avançado a dimensão política adquire grande importância na constituição do poder. Dessa maneira, o Estado é chamado a cumprir funções que não estão ligadas diretamente ao movimento do capital. Segundo, para a autora, o conceito de classes deveria ser matizado e reelaborado, definido pelo controle dos meios de produção e pelo compromisso político “no contexto do jogo de forças de um determinado bloco histórico” (AMMANN, 1987, p. 108). Terceiro, a produção não poderia ser separada da reprodução; e ambas as lutas estão articuladas. A dimensão política, então, assume grande importância; e é

sob esse ângulo que os movimentos sociais demonstram sua força transformadora. O conflito tende, dessa forma, a “ser transferido do domínio econômico para o âmbito político” (AMMANN, 1987, p. 109).

As diferentes perspectivas apresentadas discutem movimentos sociais ao longo da crise do sistema fordista nos países centrais e da emergência do fordismo periférico em países em fase de industrialização dependente. O exemplo da França revela que, embora houvesse problemas nas cidades, havia uma fraca penetração de movimentos sociais urbanos. De origem policlassista, esses movimentos seriam fracos canais de transformações estruturais.

Por outro lado, a dinâmica socioeconômica das décadas de 1970 e 1980 no Brasil marcou-se pela expansão da industrialização fordista e de formas organizativas a ela associadas; e por um modelo de Estado autoritário. Assim, o resgate de discussões sobre movimentos sociais nessa fase expressa, inicialmente, expectativas sobre seus conteúdos transformadores. Estudos empíricos mostram, no entanto, limites na ação desses movimentos, em parte relacionados a aspectos de articulação política. A fase seguinte revela a continuidade dessas tendências em direção a uma maior fragmentação.

TENSÕES E CONFLITOS URBANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: SEGUNDO TEMPO

Recentemente, a globalização e a ênfase neoliberal trouxeram mudanças nas relações de produção e na esfera da reprodução e, inclusive na ação do Estado. A emergência do regime de acumulação flexível, baseado em novos padrões tecnológicos permitiu responder rapidamente a mudanças da demanda e oferta

de trabalho, aumentou o setor de serviços e as subcontratações; e flexibilizou o mercado de trabalho, tornando-o menos estável frente a novas condições de oferta e demanda (HARVEY, 1991). O Estado também modificou sua atuação, adotando um discurso menos provedor e intervencionista, para se tornar menos visível. Extremamente atuante, seguiu oferecendo condições para o estabelecimento de empresas e gerindo os interesses conflitantes e contraditórios dos agentes sociais, principalmente dos hegemônicos. Entre as referências culturais e ideológicas da pós-modernidade que passaram a subsidiar as mudanças, estão a heterogeneidade, a fragmentação e a indeterminação (HARVEY, 1991, p. 9).

Uma perspectiva que vem sendo adotada na interpretação de mudanças nos movimentos sociais revê o papel, até então considerado dominante, do sujeito. Para Ernesto Laclau, essa linha considera rupturas da noção de “sujeito” como unidade racional, capaz de transmitir um significado homogêneo para a conduta do indivíduo. Essa retirada da centralidade do sujeito levaria a que cada *posição* de sujeito ocupasse lugares diferentes dentro de uma estrutura, considerada em seu conjunto como *discurso*. Não seria, dessa forma, possível tratar o agente social como uma entidade unificada e homogênea (LACLAU, 1986, p. 3).

Para Alain Touraine (1989), quando os países centrais já entravam no que ele chamou de “sociedade nova”, seria preciso definir a natureza dos também novos conflitos. Touraine observou, por um lado, o declínio do sagrado e da tradição e, por outro, a generalização dos conflitos. Para o autor, nessa sociedade, que denominou de “pós-industrial”, o desenvolvimento das informações e comunicações enfraquece o papel dos intermediários, em particular dos partidos

políticos.

Embora espontâneos e de curta duração, os movimentos de base representariam, para Touraine (1989), indícios de uma transformação mais duradoura. Sem significar enfraquecimento do sistema político, o confronto do poder central com os movimentos de base anunciaria o surgimento de movimentos sociais que se delineariam, não somente no âmbito de uma comunidade política, mas também dos próprios problemas sociais (TOURAINÉ, 1989, p. 7-8). Diante de um aparelho de dominação que se estenderia ao conjunto da sociedade, as lutas reivindicatórias seriam travadas em nome das coletividades, definidas mais pelo seu existir do que por sua atividade. Contra uma dominação global, existiria uma resistência global (TOURAINÉ, 1989, p. 10).

Por outro lado, embora dispersos, os movimentos sociais são vistos por Touraine como portadores de um sentido global, de uma imagem da sociedade e, assim, não se restringiriam ao âmbito limitado das reivindicações e das reformas. Em sociedades que enfrentam maiores obstáculos à entrada na chamada sociedade pós-industrial, as instituições políticas teriam menos autonomia diante do Estado. Nesse caso, os movimentos de oposição tenderiam a uma unificação menos em torno de uma estratégia política do que em torno de uma ideologia de oposição social (TOURAINÉ, 1989, p. 17-18).

Em estudos relativamente recentes, Castells parte das tendências conflitantes no mundo atual, que envolvem a globalização e a identidade. Para o autor, as transformações na tecnologia da comunicação e a reestruturação econômica definiram uma nova forma de sociedade, por ele denominada sociedade em rede. As grandes transformações, de âmbito econômico e cultural e das bases

materiais da vida, integrariam uma nova forma de organização social disseminada pelo mundo com consequências sobre instituições, culturas e condições de vida. Para o autor, ao lado da revolução tecnológica, da transformação do capitalismo e da queda do estatismo, têm emergido vigorosas manifestações de identidade coletiva, de cunho múltiplo e culturalmente diversificado. Trata-se, para Castells, de um mundo referido aos movimentos sociais e à política, expressão da interação entre a globalização, o poder da identidade (em seus aspectos sexuais, religiosos, nacionais, étnicos, territoriais e sociobiológicos) e as instituições do Estado (CASTELLS, 1999, p. 17-18).

Castells resgata e atualiza o significado de movimentos urbanos como “processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos” (Castells, 1999, p.79). Para o autor, haveria três grupos de metas associadas a esses movimentos: “necessidades urbanas e de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; e conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos” (CASTELLS, 1999, p.79). Para ele, independente de conquistas, a própria existência dos movimentos já produziu algum significado e pondera que tal produção de significado é essencial para as cidades, pois o ambiente construído é formado por conflitos envolvendo interesses e valores de atores sociais antagônicos (CASTELLS, 1999, p. 79-80).

As variadas manifestações dos movimentos urbanos seriam reunidas em quatro grupos. O primeiro grupo seria constituído pelos atores sociais e organizações que se integram, direta ou indiretamente, em governos locais e em sistemas participativos e comunitários; o segundo seriam as organizações

participantes de um influente e difundido movimento ambiental, basicamente de classe média; o terceiro seriam comunidades de baixa renda, propagadas pelo mundo, voltadas para projetos de sobrevivência coletiva; o quarto, que o autor chama de lado sombrio, emergiria de áreas urbanas segregadas (Castells, 1999, p. 81-82).

Embora se verifique ausência de movimentos sociais transformadores na sociedade emergente nas últimas décadas, para Castells, o fracasso não foi completo, pois houve manifestações diversificadas de comunidades locais organizadas. Essas expressões teriam sido capazes de apontar rumos alternativos para a reforma, sobrevivência e formação de identidades das comunidades envolvidas (CASTELLS, 1999, p. 82).

No Brasil, Souza assinala que, se após a década de 1990, os movimentos sociais entraram em declínio, emergiram novas institucionalidades participativas formais, embora com outro sentido. As “novas racionalidades” levaram atores sociais a ativismos contra a segregação, o racismo e os problemas de moradia. Alguns movimentos contestatórios foram seduzidos pelo mercado, como o hip-hop, enquanto os movimentos dos sem-teto invadem prédios desocupados e enfrentam a polícia. (SOUZA, 2006, p. 282)

Nas novas condições, os movimentos sociais se despolitizaram. Entretanto, como a própria sociedade é contraditória, os conflitos mudaram de face, mas permaneceram. Eles se fragmentaram e retrocederam, tomaram o formato de Organizações Não Governamentais - ONGs ou se articularam ao Estado, em movimentos participativos oficiais, ou passaram a tratar de aspectos pontuais do consumo do espaço urbano (SOUZA, 2006; GOHN, 2008). Mudanças no

contexto econômico e político refletiram-se nas formas de constituição de grupos sociais, em sua organização e em suas demandas.

A discussão lembra que as décadas de 1990 e os anos 2000 caracterizaram-se pela reestruturação produtiva e pela globalização. O Estado, embora atuante como regulador e viabilizador da acumulação de capital, passou a reforçar um discurso de valorização das relações de mercado. As análises sobre movimentos sociais refletiam uma despolitização desses grupos e de suas demandas.

No Brasil, a partir de reflexos da redemocratização e da fase neoliberal, parece ter havido uma tendência à diluição tanto dos grupos como de suas reivindicações. As novas tendências parecem ter deixado claras as limitações desses movimentos enquanto agentes de transformações sociais estruturais.

COMENTÁRIOS FINAIS

Em um contexto de mudanças, a análise pretendeu buscar bases de compreensão da dinâmica socioespacial e de sua manifestação por meio de tensões, disputas e conflitos urbanos. O texto apresentou, de forma breve, estudos sobre movimentos sociais urbanos no quadro internacional e nacional. As análises revelaram que as expectativas iniciais quanto a um significado transformador dessas ações se modificaram ao longo do tempo.

Uma primeira fase teve, como pano de fundo, relações características da acumulação intensiva, ou fordismo, incluindo-se aí, a industrialização e o consumo de massa, a emergência de instâncias organizativas e um Estado intervencionista. Em um quadro cultural e ideológico também considerado da alta modernidade, havia a valorização da razão, a apologia do progresso e uma crença em discursos

universais. Nesse período, houve expectativas de que os movimentos sociais representassem forças em direção a transformações estruturais na sociedade. As análises mostraram, no entanto, que, ao lado de um potencial para organizar demandas coletivas, nessa fase, os movimentos observados caracterizaram-se por limitações relacionadas a entraves políticos.

Uma segunda fase caracterizou-se pela acumulação flexível, ou pós-fordismo, pela integração de mercados, pela expansão do espaço geográfico do capitalismo avançado e por um modelo de Estado apoiado em discurso neoliberal. Em um pano de fundo da pós-modernidade, traços marcantes passaram a ser a heterogeneidade, o multiculturalismo, a fragmentação e a indeterminação, ao lado da diluição de visões totalizadoras. Nessa fase, os movimentos de grupos urbanos como expressão de conflitos podem ser caracterizados menos como movimentos sociais com potencial transformador e mais como formas de ação coletiva, pontuais e voltadas para interesses específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMMANN, S. B. (1987) Excluídos sim. Invasores não. In PAVIANI, A. (Org.) . *Urbanização e metropolização. A gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN. Coleção Brasília. p. 107-123.
- BAUMANN, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 258 p.
- CÂMARA, B. P. (2006). *Insegurança pública e conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro*. 107 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro.
- CASTELLS, M.; GODARD, F. (1974). *Monopoville: l'entreprise, l'État, l'urbain*. Paris;

La Haye: Mouton, 496 p.

- CASTELLS, M. (1999). *O poder da identidade. (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 530 p.
- CIDADE, L. C. (2003). Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas sócio-espaciais. In PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. A. (Orgs.) *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. (Coleção Brasília). p. 157-180.
- CIDADE, L. C. (2006) Ideologia moderna, planejamento e imagem de cidade na produção do espaço de Brasília. In: COUTINHO M. DA SILVA, R. (Org.). *A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley Editora/ Editora PROURB. p. 71-92. (Coleção Arquitetura e Cidade).
- CIDADE, L. C.; VARGAS, G. M.; JATOBÁ, S. U. (2008). *Regime de acumulação e configuração do território no Brasil*. Cadernos Metrôpole, São Paulo, 20: 13-35.
- CORREIO BRAZILIENSE (2011). quinta-feira, 29 de setembro, Caderno Cidades, p. 36.
- CORREIO BRAZILIENSE (2011b). sexta-feira, 30 de setembro, Caderno Cidades, p.27.
- GOHN, M. G. (2008). *Abordagens teóricas no estudo dos novos movimentos sociais na América Latina*. Caderno CRH, Salvador, 21 (54): 439-455.
- HARVEY, D. (1991). *The condition of postmodernity; an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell, 378 p.
- HIRSCH, J. (2005). ¿Qué significa Estado? Reflexiones acerca de la teoría del Estado capitalista. *Revista de Sociología e Política*, 24: 165-175.
- KOWARICK, L. (1987). Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3 (1): 38-50.
- LACLAU, E. (1986). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2: 41-7.
- LEFEBVRE. H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes. 146 p.

PELUSO, M. L.; CIDADE, L. C. (2002). Urbs e civitas em Brasília: um diálogo impossível?

Espaço e Geografia, 5(2): 191-222.

SOUZA, M. L. (2006). *A prisão e a ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 632 p.

TOURAINÉ, A. (1989). *Os novos conflitos sociais; para evitar mal-entendidos*. Lua Nova, São Paulo, 17: 5-18.